

O arquivo da Escola Estadual Matta Machado: possibilidades para historiar a educação em Diamantina – Minas Gerais (1907-1926)

Luan Manoel Thomé¹
Paula Cristina David Guimarães²

Resumo: Este trabalho analisa o arquivo do *Grupo escolar de Diamantina* – Minas Gerais. O recorte cronológico contempla o início das atividades da instituição, 1907, e se estende até o ano de 1926, quando passa a ser denominada *Grupo Escolar Matta Machado*. A pesquisa se justifica pelo ineditismo do material encontrado no arquivo, bem como pela importância histórica da instituição que o guarda. A metodologia empregada constou de revisão de literatura, catalogação dos materiais encontrados e análise documental. Os resultados mostram que a maioria dos documentos identificados é de guarda obrigatória como, por exemplo, as folhas de pagamento, os registros de caixa escolar e as atas de promoção. Tais fontes possibilitam ao pesquisador ter informações sobre o modelo de educação proposto pelo Estado Republicano do início do século XX, além de mostrar a cultura e as práticas escolares exercidas pela instituição.

Palavras-chaves: Arquivos Escolares. *Grupo Escolar de Diamantina*. Educação. Fonte Histórica. Memória.

Abstract: This study analyzes the archive of the *Grupo Escolar de Diamantina* - Minas Gerais. The chronological cut contemplates the beginning of the institution's activities, 1907, and extends to the year 1926, when it becomes to “*Grupo Escolar Matta Machado*”. The research is justified by the originality of the material found in the archive, as well as by the historical importance of the institution that keeps it. The methodology used consisted of a literature review, cataloging of the materials found and document analysis. The results show that most of the documents identified are mandatory custody, such as payrolls, school cash registers and promotion minutes. These sources make it possible for the researcher to have information about the education model proposed by the Republican State at the beginning of the 20th century in addition to showing the school culture and practices produced by the institution.

Keywords: School Archives. *Diamantina School Group*. Education. Historical Source. Memory.

The archives of the Matta Machado State School: possibilities to history education in Diamantina - Minas Gerais (1907-1926)

¹ Professor do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)/ Unidade Cláudio. Mestre em Educação (PPGED/UFVJM). Email: luan.thome@uemg.br

² Professora do Departamento de Ciências de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João Del-Rei. Doutora em Educação (FaE-UFMG) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa Sócio-Históricas em Educação (NEPSHE/UFESJ). Email: pauladavid@ufsj.edu.br

Introdução

Nos últimos anos, os arquivos escolares têm se tornado objeto de estudo de vários pesquisadores do campo investigativo da história da educação (MOGARRO, 2005; MORAES, ZAIA, VENDRAMETO, 2005; BARLETTA, 2005; BONATO, 2005; FERREIRA, BARI, 2019). Tais produções apontam a relevância da temática e, ao mesmo tempo, o negligenciamento dos arquivos das instituições de educação.

No contexto brasileiro, o interesse pelos arquivos escolares surgiu no bojo da renovação historiográfica da década de 1980. Naquele período, as práticas escolares e as relações que aconteciam no meio escolar começaram a despertar os interesses de pesquisadores da educação. Para Barletta (2005), foi nesse momento que as temáticas investigativas se deslocaram das histórias das ideias, para as práticas educacionais. Os arquivos escolares constituem uma das formas de acessar a história das instituições. Tal movimento consiste em conhecer a cultura escolar, como as atividades administrativas e pedagógicas; os processos avaliativos; e a legislação educacional do período pesquisado.

Para Orso (2012), os arquivos são essenciais para a preservação das fontes e, por conseguinte, para a preservação da própria história, pois a existência de acervos supõe a existência humana. Para o autor, fontes são documentos, registros, vestígios deixados pelo homem e/ou pela natureza. Segundo Gonçalves (2012), o documento torna-se fonte quando alguém o interpela, em busca de responder a uma determinada problemática.

Segundo Mogarro (2005), os arquivos têm uma importante função histórica-social. Com eles, a população tem a possibilidade de evocar as recordações da sua infância e juventude. A autora elencou três tipos de documentos escritos presentes em um arquivo: os ativos, que são utilizados com regularidade; os semiativos, que são utilizados regularmente para a emissão de novos documentos e os inativos, geralmente depositados em locais que não garantem as condições necessárias para a sua salvaguarda e preservação material, amontoando-se sem organização e misturando-se a documentos de origem e natureza muito diversa.

Ainda é preciso destacar que não só os documentos escritos são fontes históricas de um arquivo escolar. Este abrange toda uma variedade de artefatos históricos que, de alguma forma, nos dizem sobre a cultura escolar. Assim, os brinquedos, os componentes de um laboratório, filmes, fotografias, equipamentos para fins diversos, a arquitetura escolar, têm sido tomados como fonte de informações, trazendo para a palavra “documento” um sentido

mais amplo (CELLARD, 2008; BARLETTA, 2005). Tais autores acompanham a renovação historiográfica proposto pelo movimento dos *Annales*, ainda na década de 1920.

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documento, especializado para esse uso [...]. Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hino? Ele sabe bem que sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos (BLOCH *apud* LE GOFF, 2003, p. 531).

Apesar de serem, em sua maior parte, lacunares e residuais, os arquivos escolares possuem informações que permitem perceber as ações dos sujeitos educativos: professores, alunos, funcionários, autoridades locais e nacionais que, de forma direta ou indireta fornecem uma representação sobre a escola e suas práticas. Eles expressam as transformações pelas quais a educação passou no transcorrer do tempo. Ao pesquisador, cabe a tarefa de compreender e buscar tais informações, problematizando e entrecruzando as fontes, pois “o documento em si não é história e não faz história” (LIMA; MACHADO, 2015, p. 02).

De acordo com a lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, os arquivos são classificados em três categorias: correntes, intermediários e permanentes (BRASIL, 1991). Comumente, a expressão “arquivo morto” é usada para se referir aos arquivos de caráter permanente, o que é, de acordo com Bonato (2005), uma velha e incorreta denominação para a documentação de caráter definitiva.

Consideremos, portanto, documento como sendo “[...] todo registro ou testemunho do passado humano, em suas diversas e distintas formas de materialização e suporte” (GONÇALVES, 2012, p. 26). Dessa forma, é substancial que as escolas implementem uma política de conservação do seu arquivo (MOGARRO, 2005; BARLETTA, 2005; BONATO, 2005).

Tendo em vista a importância dos arquivos escolares para a pesquisa em educação e a falta de uma política de preservação dos materiais históricos das escolas, este trabalho apresenta o arquivo *do Grupo Escolar de Diamantina-MG*, descrevendo a sua materialidade e analisando as possibilidades de investigação dos documentos encontrados. O recorte cronológico definido contempla o início das atividades da instituição, 1907, e se estende até o ano de 1926, quando a instituição passou a ser denominada *Grupo Escolar Matta Machado*. O

interesse é (re)conhecer a documentação identificada, analisando os seus usos e os seus sentidos para a constituição de uma cultura escolar específica.

O GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA-MG E SEU ARQUIVO: CONDIÇÕES DE GUARDA E PRESERVAÇÃO

O *Grupo Escolar de Diamantina* foi criado pelo decreto nº 2.091, de 20 de setembro de 1907, sancionado pelo presidente do estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva. A instituição ofertava o ensino primário e iniciou suas atividades, no prédio onde funcionou anos atrás a Escola Normal da cidade.

No ano de 1926, o educandário passou a ser chamado de *Grupo Escolar Matta Machado*, homenagem feita há uma família influente na cidade. De acordo com Martins (2008), o cenário político do final do Império colocava em evidência os irmãos João da Mata Machado Júnior³ e Álvaro da Mata Machado⁴. Já no início da República, destacou-se Pedro da Mata Machado⁵. “Evidencia-se, portanto, a destacada presença de integrantes da família Mata Machado na política diamantinense e do Norte mineiro” (MARTINS, 2008, p. 05).

Mais tarde, em 1935, passou a ocupar outro imóvel, em espaço cedido pelo poder público estadual, onde atualmente é a *Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda*. Trinta e sete anos depois, a instituição passou a funcionar em seu atual prédio – localizado na rua Macau de Baixo, na cidade de Diamantina-MG.

É importante destacar que as escolas são espaços onde são produzidas inúmeras relações entre os sujeitos, onde há uma constante criação, recriação e transmissão de cultura: a cultura escolar. Para Mogarro (2005), a escola tem especificidades próprias e seu arquivo tem um papel fundamental na construção de sua memória e identidade histórica. O contato com a documentação permite “[...] ao historiador buscar a explicação da singularidade e identidade histórica dos fatos das Instituições Escolares” (ORSO, 2012, p. 230).

³ Nascido em 14 de novembro de 1850, filho de João da Mata Machado e de Amélia Senhoria Caldeira Brant. Formado em medicina, na política atuou como deputado geral (1881 a 1884/ 1889); ministro dos negócios estrangeiros (1884), constituinte (1891) e deputado federal (1901). Ele e os irmãos foram pioneiros na implantação de indústria de lapidação de diamantes (MARTINS, 2008).

⁴ Nascido em 18 de agosto de 1856, filho de João da Mata Machado e de Amélia Senhoria Caldeira Brant. Foi médico, na política atuou como deputado provincial (1888-1889) e senador estadual (1890-1894) (MARTINS, 2008).

⁵ Nascido em 29 de janeiro de 1865, filho de João da Mata Machado e de Amélia Senhoria Caldeira Brant. Assumiu diversos cargos políticos: senador estadual (1907-1912; 1915-1919); deputado federal (1912-1914; 1919-1920; 1935-1937) e deputado estadual (1933-1935). Foi também professor catedrático da faculdade de direito em Minas Gerais (MARTINS, 2008).

Ainda é preciso ressaltar que, por meio dos arquivos escolares forma-se uma memória educativa, oriunda do entrelaçamento da memória coletiva com a individual. Para Felgueiras (2005), a memória coletiva é constituída pelas memórias de um determinado grupo e sua função é manter a identidade. Já a individual consiste na capacidade de evocar recordações e acontecimentos passados. Para Gonçalves (1992) *apud* Felgueiras (2005), ambas são inseparáveis, havendo uma relação de reciprocidade entre elas.

Atualmente a Escola Estadual Matta Machado atende alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental (anos iniciais), funcionando durante os turnos matutino e vespertino. O arquivo da instituição, encontra-se organizado em duas salas, a primeira com uma área de aproximadamente 4,4m², e a segunda com uma dimensão de 15m². Devido ao número de documentos, houve a necessidade de expandir o arquivo para outros espaços, nem sempre apropriados para a sua guarda.

No arquivo pesquisado existem documentos desde a fundação do educandário até os dias atuais. Isso representa uma preocupação dos profissionais da escola que, ao longo do tempo, foram guardando e preservando sua memória educativa. É importante frisar que, na rede estadual de educação em Minas Gerais, não há um servidor destinado para gerir o arquivo escolar, o que não impede que o *Grupo Escolar de Diamantina* tenha um arquivo preservado e organizado.

A documentação identificada, quase toda encadernada em formato de livros, está disposta em prateleiras, separadas de acordo com a sua finalidade (pontos, diários dos servidores, atas de exames, termos de promoções, caixa escolar, etc.). Boa parte está organizada em ordem cronológica e/ou com numeração sequencial. Também há documentação acondicionadas em caixas. Nelas, encontramos documentos como diários de classes, produções de alunos, fotografias e materiais com dados funcionais dos servidores. Sobre a materialidade dos documentos, podemos dizer que pouca coisa mudou desde a sua produção inicial. Alguns livros, por exemplo, tiveram suas capas renovadas com o passar dos anos. Parte da documentação também está exposta na instituição, como as fotografias dos ex-diretores do educandário, que estão emolduradas e penduradas na parede de uma das salas do prédio.

Na maior parte das escolas, os arquivos permanentes são guardados de forma indevida e armazenados em locais inapropriados – como lugares ausentes de iluminação e ventilação, e com umidade. Comumente, encontramos os arquivos localizados em banheiros desativados, embaixo de escadas, ou em outros espaços desativados. A inexistência de mecanismos de

guarda, configura-se com um dos problemas mais graves para a preservação desses acervos. Isso rotineiramente acontece, já que o valor informativo desse material não é considerado importante para o contexto da prática e da pesquisa educacional. Para Barletta (2005), muitos arquivos permanentes são encontrados em espaços físicos semelhantes a um limbo, e de lá, muitas vezes, o destino é o lixo.

[...] a inexistência de uma política de preservação para os documentos escolares faz com que a avaliação documental fique por responsabilidade da própria escola, que descartando seus documentos sem critérios técnicos ou científicos, está sujeita a equívocos por vezes irreversíveis (BARLETTA, 2005, p. 112).

Mogarro (2005), em uma pesquisa nos arquivos das escolas de Portugal, constatou que estes são guardados em sótãos, caves, vãos de escada e nos lugares mais impróprios para a preservação desse material – no Brasil, tal realidade não é diferente. Segundo Zaia (2005), a condição na qual se encontra os arquivos escolares brasileiros se deve a inexistência de um aparato legal que conduza as escolas para a guarda e preservação de seus documentos. Para isso, seria necessário a implementação de algumas diretrizes e regulamentações, tais como: critérios de conservação e eliminação de documentos, formação de mão de obra para a preservação desse material, entre outras ações.

Então, qual seria o local adequado para a guarda dos arquivos escolares? Conforme Barletta (2005), os arquivos escolares devem permanecer na escola, pois toda documentação foi produzida nela, além de ser o primeiro lugar onde pesquisadores e funcionários vão procurá-los. No entanto, para Felgueiras (2005), o destino deste acervo seria em museus escolares, pois são instituições que fomentarão uma guarda adequada e irão disponibilizar o material para a consulta da comunidade. Zaia (2005), também defende a criação dos museus. Para ela, este local permite sensibilizar o contexto escolar, “[...] no museu escolar, de um centro de documentação que contemple arquivo e biblioteca histórica” (FELGUEIRAS, 2005, p. 100).

Contudo, além de preservar, é preciso possibilitar o acesso das pessoas aos arquivos escolares. Isso será possível, para Mogarro (2005), por meio de mostras educativas e culturais que, de forma interdisciplinar, possam dar a conhecer a todos os envolvidos o valor do arquivo. O que se reivindica é que os arquivos escolares tenham os mesmos cuidados que os demais arquivos históricos utilizados para a investigações científicas, no entanto isso demanda um tripé de profissionais: arquivistas, historiadores e informatas, que, infelizmente, a escola não possui em seu quadro de funcionários (BONATO, 2005). Para reverter essa situação, as escolas podem criar parcerias com universidades, para que sejam desenvolvidos

projetos de pesquisas e extensão, e com os órgãos que trabalham na lógica de preservar acervos históricos, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

DOCUMENTO DO ARQUIVO DA INSTITUIÇÃO: POSSIBILIDADES DE HISTORAR A EDUCAÇÃO EM DIAMANTINA - MG

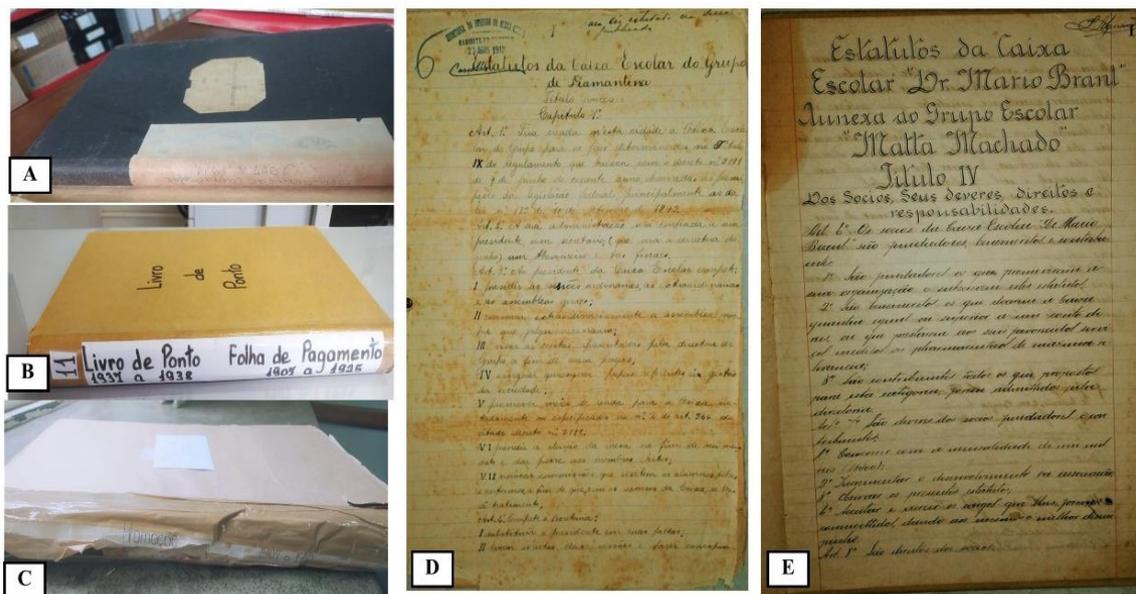
A documentação localizada no arquivo do *Grupo Escolar do Diamantina* é diversa e tinha funções variadas na constituição da cultura escolar, como mostra o quadro abaixo:

Descrição dos documentos do arquivo do *Grupo Escolar de Diamantina* (1907-1926).

Fonte	Data	Localização	Conteúdo	Autores	Observações
Livro de Caixa Escolar	1907 - 1911	2ª sala, sem numeração.	Receitas e despesas do Grupo Escolar de Diamantina - MG	Cícero Arpino Caldeira Brant e Mariana Corrêa de Oliveira Mourão	
Livro de Folha de Pagamento	1907 - 1911 1925 1937- 1938	1ª sala, numeração 11.	Salários dos servidores.	Cícero Arpino Caldeira Brant e Mariana Corrêa de Oliveira Mourão	Livro contém salto temporal de 1911 para 1925. Usado para registro de frequência dos servidores nos anos de 1937 e 1938.
Livro de Promoção	1907 - 1932	1ª sala, sem numeração.	Atas de exames, relatórios dos inspetores, registros das festas ocorridas e abertura do ano letivo.	Direção do Grupo Escolar de Diamantina-MG e inspetores.	Livro usado para diversos registros, o que foge a sua proposta inicial.
Estatuto da Caixa Escolar	1911	2ª sala, sem numeração.	Regulamentação de funcionamento deste órgão.	Sócios	
Título IV do Estatuto da Caixa Escolar	1926	2ª sala, sem numeração.	Complementação ao estatuto.	Sócios fundadores.	

Quadro produzido pelos autores.

Imagens de alguns documentos do arquivo do *Grupo Escolar de Diamantina* (1907-1926)



Imagens produzidas pelos autores.

Em todos os livros identificados, em seus termos de abertura e de fechamento, consta a assinatura do inspetor suplente municipal: o padre Porphyrio Fernandes de Azevedo⁶. Tal ação, a ser realizada pelo pároco da cidade, era uma forma de legitimar tais documentos, conferindo a eles crédito e veracidade. O cargo de inspetor municipal foi regulamentado pelo decreto nº 1960 de 16 de dezembro de 1906 e tinha como função conhecer o processo educativo das escolas mediante acompanhamento e observação das atividades das instituições. A inspeção do ensino dividia-se em administrativa e técnica, a primeira executada pelo inspetor municipal ou distrital de forma permanente, já a segunda era exercida pelos inspetores ambulantes, que serviam em uma determinada área por seis meses. No entanto, ambos eram escolhidos pelo Presidente do Estado, conforme a competência e os atributos morais.

Conforme o artigo 186: “os inspetores escolares municipaes e distritaes, agentes gratuitos de confiança do governo, serão nomeados pelo Presidente do Estado e conservados enquanto bem servirem” (MINAS GERAIS, 1906, p. 183). Destarte não era costumeira a presença de clérigos nessas funções em órgãos governamentais. Tal fato nos leva a refletir sobre a validade do Estado laico republicano na cidade de Diamantina.

⁶ Não foram encontrados dados biográficos do padre Porphyrio Fernandes de Azevedo, nem de sua atuação em outros espaços laicos.

Livro de Caixa Escolar

O livro com a documentação da Caixa Escolar expõe as entradas e despesas do Grupo Escolar de Diamantina. Contém cem folhas e, mesmo com quase 113 anos desde o início da sua confecção, o material está conservado. Com relação aos subsídios da Caixa Escolar⁷, a escola utilizava alguns meios para os arrecadar, como a realização de peças teatrais, concertos musicais, doações de terceiros, a contribuição mensal da câmara municipal e os descontos ocorridos no salário de algum servidor em virtude de falta ao trabalho sem justificativas, ou em casos de licença saúde. Os registros realizados no livro da caixa escolar eram descritos conforme abaixo:

Balancete do mês de abril de 1908.

BALANCETE DA CAIXA ESCOLAR	
MEZ DE ABRIL DE 1908	
DEVE	HAYER
Mensalidade da Câmara Munnicipal 50\$000	40 metros de panno azul para uniforme 20\$000
Espectaculo do dia 17, em benefício do Grupo 101\$000	1 dúzia de bormets 17\$000
151\$000	10 metros de panno azul 5\$000
	Mais bormets ⁸ 8\$000
	50\$000
	Potes e vassouras para o grupo 4\$000
	Bormets para os alumnos pobres 30\$000
	Uniformes IIIIIII 30\$000
	Retractos da festa de 13 de maio 15\$000
	79\$000
	50\$000

⁷ Em Minas Gerais, as caixas escolares era uma forma de filantropia para manter a frequência dos alunos pobres nos grupos escolares, oferecendo a estes alunos uniformes, materiais escolares, em alguns casos até gêneros alimentícios. Atualmente, nas escolas, não existe mais este órgão cuja função é assistencialista.

⁸ Não foi encontrado o significado deste termo.

	79\$000

	129\$000

Fonte: Livro de Caixa Escolar (1907, p. 02).

Os uniformes para os alunos pobres era um gasto recorrente em quase todos os meses. Isso demonstra a quantidade significativa de crianças carentes atendidas pela instituição. Aqui, torna-se importante conceituarmos o termo pobreza dentro do contexto estudado: em Diamantina, cidade considerada centro do Brasil Império – título gerado pela exploração dos diamantes –, a República trouxe um novo cenário, um excessivo número de pessoas que não tinham acesso ao necessário para a subsistência, como comida, moradia, trabalho. Tal contexto, foi gerado pelo desgaste das jazidas e pelo abandono da cidade dos grandes proprietários de riquezas. Sendo o uniforme um aparato que demonstrava a existência da ordem e da disciplina no modelo escolar republicano, a caixa escolar tinha como uma de suas prioridades a oferta das vestes padronizadas aos seus alunos.

A compra de selos era outra atividade da instituição escolar pesquisada. O material era colado nos recibos expedidos e nas provas escritas. No livro, também consta o registro dos pagamentos aos prestadores de serviços que, geralmente, eram contratados para realizar reparos no prédio e a manutenção no mobiliário escolar.

No material encontramos algumas ressalvas quanto aos erros ocorridos no momento do registro, como por exemplo, no balancete de dezembro de 1911, em que a diretora Mariana Corrêa de Oliveira Mourão⁹ justifica a eventualidade, um equívoco sucedido nos saldos dos meses de maio e junho de 1911. Esse registro se torna interessante, ao analisarmos um dos principais papéis dos inspetores escolares: fiscalizarem os livros de Caixa Escolar das escolas e encaminhar à Secretária do Interior toda e qualquer irregularidade existente.

Sempre ao final do ano letivo, o diretor fazia o balanço anual de toda a contabilidade. A partir da análise documental, nota-se que o Grupo Escolar de Diamantina permanecia constantemente com saldo positivo – as despesas não eram superiores as receitas, o que demonstra uma estabilidade financeira da instituição.

⁹ Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, nascida em 20 de agosto de 1858, no distrito de Extração, pertencente a cidade de Diamantina-MG. Filha de Francisco Corrêa Ferreira Rabello e de Teresa Ferreira Corrêa Rabello, casou-se com Olímpio Júlio de Oliveira Mourão, e com ele teve dezesseis filhos. Detentora do título de normalista, atuou em escola isolada masculina, com a criação do Grupo Escolar de Diamantina-MG, foi removida para a instituição, na qual aposentou como diretora em 1916 (THOMÉ, 2017).

O livro de Caixa Escolar, nos fornece informações da forma como o órgão investia o dinheiro arrecadado, as desigualdades presentes entre os alunos, bem como as origens dos recursos e as despesas. É preciso ressaltar que somente o diretor podia fazer os registros neste documento, ou alguém autorizado por ele, mediante documento escrito, e aprovado pelo inspetor escolar.

Livro de Folha de Pagamento

O livro de Folha de Pagamento contém informações sobre os salários de todos os funcionários do Grupo Escolar de Diamantina no período de 1907 a 1925. Neste mesmo material, foram registradas as frequências dos servidores nos anos de 1937 e 1938, por meio da assinatura de cada sujeito, o que mostra que o material foi usado em momentos distintos e com funções diferentes.

Neste material também são apresentadas informações sobre o salário do diretor Cícero Arpino Caldeira Brant¹⁰, que recebia do coletor estadual o equivalente a 212\$242 (duzentos e doze mil e duzentos e quarenta e dois réis) – que traduziam os vinte e sete dias trabalhados no mês de novembro de 1907. O salário de cada servidor era determinado conforme o decreto 1960, de 16 de dezembro de 1906.

Neste educandário, o vencimento básico da professora primária era o equivalente a 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). Com os descontos, o salário líquido era equivalente a 148\$500 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos réis). Entretanto, este valor poderia sofrer mudanças, caso a docente se ausentasse de suas atividades sem as devidas justificativas. O livro ainda aponta que a servente tinha como proventos o equivalente a 63\$333 (sessenta e três mil e trezentos e trinta e três réis) e o porteiro 80\$000 (oitenta mil réis).

A partir de maio de 1908, as folhas de pagamentos começaram a ser realizadas em forma de tabela, contendo dados como o nome, função na escola, salário e assinatura comprovando o recebimento. Diferentemente do recibo por extenso, na tabela havia o registro da situação funcional de todos os servidores, demonstrando, assim, uma maior organização por parte da direção do grupo.

Livro de Promoções

¹⁰ Cícero Arpino Caldeira Brant, nascido em 08 de março de 1880, na cidade de Diamantina-MG. Filho do coronel Augusto Afonso Caldeira Brant e de Maria Augusta Fernandes de Melo Brandão, formou-se em direito, e meses depois foi nomeado como diretor do Grupo Escolar de Diamantina (THOMÉ, 2017).

O livro de Promoções do Grupo Escolar de Diamantina, tem como objetivo registrar todos os exames classificatórios realizados no educandário. No entanto, o material foi usado para outras finalidades. Nele, deparamos com os registros de termos de visitas dos inspetores, festas ocorridas na instituição e atas de início do ano letivo. O livro possui 200 folhas e está em estado precário de conservação.

a) Exames

No início do século XX, os exames classificatórios dos grupos escolares, em Minas Gerais, eram realizados em dois formatos: oral e escrito. Com o objetivo de legitimar este processo, os mesmos aconteciam de forma pública – a portas abertas. “[...] os inspetores se empenhavam em organizar as bancas examinadoras – compostas por ele na função de presidente, ou outra pessoa delegada; já os examinadores eram pessoas influentes da sociedade, e a professora regente” (THOMÉ, 2021, p. 852). Devido o educandário ter iniciado as atividades em novembro de 1907, no ano seguinte, ocorreram dois exames, o primeiro em 16 de janeiro, cujo objetivo era realizar somente a “discriminação de classes”, para as oito turmas – no documento não é detalhado o número de alunos que realizaram a prova. Este evento contou com a participação do 3º batalhão da polícia militar, uma das marcas da proposta republicana de governo. O segundo, aconteceu em 17 de novembro, com todas as turmas. Conforme o resultado, os alunos poderiam receber três classificações: com distinção (dez pontos), plenamente (seis a nove pontos), aprovado simplesmente (cinco pontos) e reprovado (pontuação inferior a cinco pontos) (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2007).

A maioria dos exames realizados no grupo contava com um alto índice de reprovação e de infrequência das crianças. Tal explicação não está presente na documentação, no entanto, estudos como os de Gonçalves e Faria Filho (2007), mostram que os testes públicos e a exigência em memorizar os conteúdos seriam possíveis causas para isso. No exame realizado em 27 de novembro de 1913 – 262 alunos compareceram ao exame e 162 se ausentaram. Como resultado, foram aprovados com distinção: 33 alunos; aprovados plenamente: 57 alunos; aprovados simplesmente: 05 alunos. Foram considerados não preparados: 167 alunos (LIVRO DE PROMOÇÃO, 1907, p. 38 e 39).

b) Instalação de Cadeiras

Trata-se de um documento elaborado pela direção do grupo¹¹, cujo objetivo consistia em descrever como se deu a solenidade de abertura de cada ano letivo. Nele encontramos dados acerca da oferta de matrículas, o número de alunos matriculados e quem eram as pessoas presentes no evento. À guisa de esclarecimentos, em 1908, o período de matrículas¹² foi de 07 a 21 de março – devido a criação do educandário ter sido recente. Estavam sendo ofertadas 320 vagas. Contudo, a demanda excedia 500 alunos. Diante de tal realidade, as professoras se uniram para recorrer a Secretaria do Interior, responsável pela instrução pública do estado, com intuito de solicitar o aumento da oferta para o número de vagas.

As cerimônias de início do ano letivo, contava com a presença das famílias das crianças, dos funcionários do educandário e de outros convidados da sociedade diamantinense, como educadores influentes e a banda do 3º batalhão da polícia militar. No livro encontramos o registro dos termos de instalação de cadeiras dos anos de 1908 a 1921, e de 1925 e 1926. O documento apresenta algumas lacunas, o que não permitiu o acesso aos registros referentes aos anos de 1922 a 1924.

c) Termo de Visitas

O governo de Minas Gerais delegou aos inspetores escolares a função de fiscalizar o ensino por meio de visitas periódicas às escolas, além de participarem das atividades que compunham a cultura escolar. No *Grupo Escolar de Diamantina*, os inspetores, principalmente os técnicos, realizavam algumas atividades burocráticas: fiscalizar o cumprimento da legislação; participar das festividades do educandário; avaliar o trabalho desenvolvido pelos servidores – principalmente das professoras; e legitimar as práticas ocorridas na instituição, como os exames e as demais solenidades.

Nos termos de visitas, observa-se o registro das tendências educacionais da época. No dia 14 de agosto de 1909, o inspetor técnico Polydoro dos Reis Figueiredo¹³, descreve a sua visita no educandário. Em seu relato, nota-se a presença do discurso higienista¹⁴ que influenciou o campo educacional no início do século XX: “Encontrei o edifício asseado, as

¹¹ Os profissionais que assumiram a direção do Grupo Escolar de Diamantina-MG no recorte desta pesquisa foram: 1907-1909: Cícero Arpino Caldeira Brant; 1909-1916: Mariana Corrêa de Oliveira Mourão e 1916-1926: Liseta de Oliveira Queiroga (LIVRO DE PROMOÇÃO, 1907).

¹² Conforme o decreto 1960 de 16 de dezembro de 1906, o período de matrículas era de 07 a 21 de janeiro de cada ano letivo (MINAS GERAIS, 1906).

¹³ Polydoro dos Reis Figueiredo e Augusto Lucas da Silva eram inspetores técnicos de ensino, ambos nomeados pelo presidente do estado de Minas Gerais, devido à ausência de fontes não foi encontrado dados biográficos destes sujeitos.

¹⁴ Os prédios dos grupos escolares, deveriam propiciar condições higiênicas, como ambiente iluminado, ventilado e sem poeira – uma proposta republicana de combater as doenças que eram comuns na época.

classes bem dispostas e em ordem. Notei desde logo falta de quadros negros regulamentares, porque são pequenos os existentes” (LIVRO DE PROMOÇÃO, 1907, p. 07). No decorrer do relatório, o inspetor, tece elogios a escrituração escolar, classificando-a como caprichosa – uma preocupação recorrente deste modelo escolar.

No relatório, o inspetor Polydoro menciona que estranhou haver somente um termo de visita no livro, desde a fundação do grupo. “Estranhei que o “Livro de Termos” contenha até aqui somente um termo de visita, o do professor tecnico Sr. Augusto Lucas. Não contém termo algum o “Livro de Termos de Visitas Particulares”. Na sequência de sua análise, ele aponta que a professora “[...] cumpre bem o seu dever e é competente, sendo executados o programma e horario, com alguma deficiência, porém, de trabalhos práticos, manuais, e exercícios (cadernos de) dos alumnos” (LIVRO DE PROMOÇÃO, 1907, p. 07).

Além de fiscalizar a rotina dos grupos escolares, os inspetores reivindicavam ao governo do estado algumas melhorias para a instituição. No termo de visita do dia 25 de fevereiro de 1914, o inspetor técnico Juscelino da Fonseca Ribeiro, solicita algumas melhorias no prédio do grupo, como o reparo de paredes (LIVRO DE PROMOÇÃO, 1907, p. 39).

Os inspetores também propunham melhorias para a instituição – com o intuito de formar uma biblioteca, o inspetor Juscelino da Fonseca Ribeiro sugere a formação de uma “Liga da Bondade” entre os alunos, visando criar um espaço para a guarda dos livros didáticos e literários na instituição. É preciso destacar, que essa informação nos mostra que, sete anos após a criação do grupo escolar, ainda não havia um espaço destinado para a guarda dos livros, fato que nos chama atenção e nos leva a problematizar sobre a proposta modernizadora dos republicanos. Neste livro, encontramos todos os termos de visitas expedidos pelos inspetores no recorte temporal dessa pesquisa.

d) Festas

As festividades são registradas neste livro a partir de 1909, no entanto, tais eventos são pormenorizadas com mais recorrência a partir do ano de 1926. Os participantes de todo e qualquer evento realizado cantavam o hino do Brasil e de Minas Gerais, com o intuito de desenvolver o espírito patriota na população.

Festas realizadas no *Grupo Escolar de Diamantina*

Festas	Datas
Bandeira	Acontecia nos meses de abril e novembro.
Tiradentes	21 de abril

Independência do Brasil	07 de setembro
Proclamação da República	15 de novembro
Árvore	21 de setembro
Formatura dos alunos concluintes no 4º ano	Acontecia nos meses de junho ou novembro.

Fonte: Livro de Promoção (1907).

Tais festividades, acompanhadas do hasteamento da bandeira nacional, expunham o movimento dos governantes em memorar os acontecimentos importantes para este novo modelo de comando, “[...] eram pensados pelos grupos escolares como um espetáculo formativo de sensibilidade patriótica e de respeito ao regime republicano” (AZEVEDO; CABRAL, 2016, p. 179). Tais ações, intensificavam a proposta republicana de modernidade e progresso, além de conferir visibilidade a este modelo de educação escolar.

Estatuto da Caixa Escolar (1911) e Título IV do Estatuto da Caixa Escolar Dr. Mário Brant (1926)

No arquivo encontramos um livro com o estatuto da Caixa Escolar (1911) e o título IV deste documento elaborado em 1926. Tal material sofreu algumas modificações, a capa foi envolvida por um outro papel, perdendo suas características iniciais. Após quatro anos de funcionamento, em 03 de dezembro de 1911, criou-se o Estatuto para a Caixa Escolar, onde foram estabelecidos quais seriam os princípios deste órgão. O documento foi aprovado pela Secretaria do Interior, em 1912, via carta, arquivada como anexo ao documento.

O Estatuto é composto por um único título, com cerca de quatro capítulos. Na instituição havia uma chapa para direcionar as atividades da Caixa Escolar, composta por um presidente (um sócio), um secretário (esse cargo é de exclusividade da direção do Grupo Escolar de Diamantina-MG), um tesoureiro e três fiscais. Os sócios deveriam contribuir mensalmente com cerca de 65\$00 (sessenta e cinco réis) por mês, caso a arrecadação fosse superior a 300\$00 (trezentos réis), o dinheiro excedente seria depositado na Caixa Econômica. Tanto para os cargos da administração, como para sócio, poderia compor qualquer diamantinense – exceto para secretário, cargo destinado para o(a) diretor(a) do grupo escolar. Na época da criação deste estatuto, estava à frente da direção do educandário, a professora Mariana Corrêa de Oliveira Mourão. Encontramos no documento assinaturas de diamantinenses influentes, como do bispo Dom Joaquim, do advogado Cícero Arpino

Caldeira Brant (primeiro diretor do Grupo), e do professor Leopoldo Miranda (genro da professora Mariana).

Em 1926, quando o *Grupo Escolar de Diamantina* passou a ser denominado *Grupo Escolar Matta Machado*, houve reelaboração do título IV do Estatuto da Caixa Escolar. Dessa vez, esse órgão financeiro recebeu o nome de “Caixa Escolar Dr. Mario Brant¹⁵”. Essa emenda ao documento, estabelecia quais eram os direitos e deveres dos associados. Como trata-se do quarto título do estatuto, logo percebemos que os outros foram perdidos, ou encontram-se guardados em outro local – não identificado neste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos escolares possuem grande relevância para a história da educação, pois traduzem na forma de documentos o passado de um determinado grupo de pessoas, incitam suas recordações e uma nova releitura do presente. Para Ivashita (2014), os arquivos são de extrema importância, pois atuam na preservação das fontes para o trabalho do historiador.

As fontes históricas abordadas nesta pesquisa, são responsáveis pela memória educativa da Escola Estadual Matta Machado, antigo *Grupo Escolar de Diamantina-MG*. Por meio delas, é possível historiar a educação da cidade desde o ano de 1907 a 1926. Tais documentos fornecem dados sobre a fundação da instituição, as práticas pedagógicas que ocorreram ao longo do tempo, ou seja, nos permite conhecer a cultura escolar da instituição, contribuindo dessa forma, para que a memória histórica permaneça.

A Escola Estadual Matta Machado, localizada em Minas Gerais, destaca - se entre muitas, por possuir documentos desde a sua gênese, isso representa a preocupação de sua equipe sobre a importância desses documentos para a história da educação. Mesmo diante da precariedade no armazenamento gerado pela falta de uma política pública de preservação, os documentos estão organizados e nos fornecem dados sobre a educação em Diamantina no início do século XX.

¹⁵ Augusto Mário Caldeira Brant, nasceu em Diamantina-MG, no dia 15 de dezembro de 1876. Filho de Augusto Afonso Caldeira Brant e de Maria Hermínia de Caldeira Brant, formou-se em direito. Atuou em diversas frentes: provedor de justiça (1899-1903); delegado da 5ª circunscrição policial da cidade do Rio de Janeiro e chefe do serviço de informações da diretoria de povoamento do Ministério da Agricultura; atuou na área de informações da diretoria de povoamento do Ministério da Agricultura (1907-1911), diretor do boletim do Ministério da Aviação (1911-1917); deputado estadual (1920-1921); deputado federal (1921); secretário de finanças no estado de Minas Gerais (1922-1925) (FARIA, s/a).

Ter contato com outros períodos, conhecer como se deu os processos pedagógicos, é tarefa do pesquisador, mas isso só é possível quando se tem fontes. Esperamos que com esta pesquisa tenhamos contribuído para o processo de impulsionar os educadores a preservarem os arquivos escolares e desenvolver pesquisas sobre a temática, pois “[...] a História se faz a partir de qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 81).

Referências

Fontes

LIVRO DE CAIXA ESCOLAR. Escola Estadual Matta Machado, 1907.
LIVRO DE FOLHA DE PAGAMENTO. Escola Estadual Matta Machado, 1907.
LIVRO DE PROMOÇÕES. Escola Estadual Matta Machado, 1907.
ESTATUTO DA CAIXA ESCOLAR. Escola Estadual Matta Machado, 1911.
MINAS GERAIS. Decreto 1947 de 30/09/1906. **Coleção Leis e decretos do Estado de Minas Geraes**. Acervo do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1906.
MINAS GERAIS. Decreto 1947 de 30/09/1906. **Coleção Leis e decretos do Estado de Minas Geraes**. Acervo do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1906.
IV TÍTULO DA CAIXA ESCOLAR DR MARIO BRANT ANEXO AO GRUPO ESCOLAR MATTACHADO 1926. Escola Estadual Matta Machado.
SECRETARIA DO INTERIOR. Carta de Aprovação do Estatuto da Caixa Escolar do Grupo de Diamantina, 1912.

Bibliografia

AZEVEDO, Denilson Santos de. CABRAL, Talitha Estevam Moreira. A criação do Grupo Escolar Silveira Brum e seus primeiros anos de funcionamento: relações entre a República e as festas escolares (1912-1930). **Revista Educação em Foco**, v.20, n. 3, p. 165-186, nov.2015/fev.2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19547>. Acesso em: 25 fev. 2021.
BARLETTA, J. M. Arquivos ou museus. Qual o lugar dos acervos escolares? Dossiê: Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v 5, n. 10, p. 101-122 jul/dez, 2005. Disponível em: <http://www.rbheold.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/170/178>. Acesso em: 01 mar 2020.
BRASIL. **Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.
BONATO, N. M. da C. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. Dossiê: Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v 5, n. 10, p. 193-220 jul/dez, 2005. Disponível em: <http://www.rbheold.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/175>. Acesso em: 02 fev 2020.

- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.
- FARIA, Helena. **Brant, Mário**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRANT,%20M%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- FELGUEIRAS, M. L. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/ comunicação da herança educativa. **Pro-Posições**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 87-102, jan/abr 2005.
- FERREIRA, S. dos S. BARI, V. A. Gestão da documentação dos arquivos escolares no Brasil. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 02, n. 02, p. 24-36, maio/ago, 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais/article/view/438>. Acesso em: 25 mar 2020.
- GONÇALVES, I. A. FARIA FILHO, L. M. Acesso, permanência e avaliação escolar na constituição da escola primária em Minas Gerais. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, n. especial, p. 25-50, mar/ago 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/021.pdf>. Acesso em: 01 jun 2020.
- GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Constituição histórica da educação no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- IVASHITA, S. B. Fontes para a história da educação: a importância dos arquivos. **Revista Histedbr Online**, Campinas, nº 58, p. 68-77, set 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640379>. Acesso em: 03 jun 2020.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. nº edição, Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LIMA, R. de MACHADO, M. C. G. História da Educação e Fontes. **Seminário de Pesquisa do Programa de Pós Graduação em Educação**, 13ª, Maringá. Anais. Maringá: UEM, 2015. p. 1 -9. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/101.pdf. Acesso em: 02 jun 2020.
- LOPES, E. M. T. GALVÃO, A. M. de O. **História da Educação**. nº edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARTINS, Marcos Lobato. Os Matta Machado de Diamantina: negócios e política na virada do século XIX para o século XX. **13º Seminário de Economia de Minas Gerais**. In: Seminário de Economia de Minas Gerais, 13º, Diamantina - MG. Anais. Diamantina -MG: sem editora, 2008, p. 01 – 23. Disponível em: <https://ideas.repec.org/h/cdp/diam08/104.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- MOGARRO, M. J. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 103-116, jan/abr 2005.
- MOGARRO, M. J. Arquivos e educação a construção da memória educativa. Dossiê: Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v 5, n. 10, p. 75-99, jul/dez, 2005. Disponível em: <http://www.rbheold.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/169>. Acesso em: 01 maio 2020.
- MORAES, C. S. V. ZAIA, I. B. VENDRAMETO, M. C. Arquivos escolares e pesquisa história: fontes para o estudo da educação brasileira. In: **Pro-Posições**. Campinas, v. 16, n. 1, p. 117-133, jan/abr 2005.
- ORSO, P. J. História, instituições, arquivos e fontes na pesquisa e na história da educação. **Revista Histedbr Online**, Campinas, nº especial, p. 228-238, maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640119>. Acesso em: 05 jun 2020.

THOMÉ, Luan Manoel. **O exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909)**. Diamantina, 2017. Dissertação (Mestre em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Disponível em: http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1649/1/luan_manoel_thome.pdf. Acesso em: 11 jul 2020.

THOMÉ, Luan Manoel. Cultura escolar: os exames classificatórios de uma instituição de educação primária (1907-1916). In: CASTRO, Paula Almeida de (org). **Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos**. 1ª edição, Campina Grande: Realize, 2021. Capítulo, p. 846 - 862. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/edicao/detalhes/e-book-2--vii-conedu>. Acesso em: 25 fev. 2021.

ZAIA, I. B. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. Dossiê: Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v 5, n. 10, p. 153-174, jul/dez, 2005. Disponível em: <http://www.rbheold.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/172>. Acesso em: 14 abr 2020.

Recebido em: 20 de abril de 2020.

Aprovado em: 21 de novembro de 2020.